MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM
CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

Justificativas de alteração do gabarito de questões
(com base no modelo de provas disponíveis no sítio do CESPE/UnB)

QUESTÃO	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
8	B	-	Deferido com anulação
<p>Não há opção correta, dado que a opção apontada como gabarito se equivoca ao afirmar que a permissão de serviços públicos é ato unilateral. A Lei nº 8.987/1995, ao se referir à permissão de serviços públicos, conferiu-lhe natureza jurídica contratual, considerando-a como contrato de adesão. Dessa forma, opta-se pela anulação da questão.</p>			
9	A	-	Deferido com anulação
<p>As autarquias e fundações de direito público são, de fato, criadas por lei específica. No entanto, no que diz respeito às empresas públicas, sociedades de economia mista e às fundações de direito privado, a lei não cria a entidade, mas apenas autoriza a criação. Nesse sentido, o inciso XIX do artigo 37 da CF dispõe que somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação. Dessa forma, por não haver opção correta, opta-se pela anulação da questão.</p>			
22	C	-	Deferido com anulação
<p>Onde se lê "<i>Nemo denetur se detegere</i>", leia-se "<i>Nemo tenetur se detegere</i>". Dessa forma, opta-se pela anulação da questão.</p>			
24	C	-	Deferido com anulação
<p>O assunto abordado na questão – lei de drogas, Lei nº 11.343/2006 – extrapola os objetos de avaliação previstos no edital do concurso. Por esse motivo, opta-se por sua anulação.</p>			
86	C	-	Deferido com anulação
<p>Há mais de uma opção que atende ao solicitado no comando da questão. Por esse motivo, opta-se por sua anulação.</p>			
94	A	-	Deferido com anulação
<p>Além da opção apontada pelo gabarito oficial preliminar, a opção que afirma que "<i>o procurador-geral da República é nomeado pelo presidente da República para mandato de dois anos, permitida uma recondução</i>" também está de acordo com as disposições legais aplicáveis ao assunto tratado na questão, razão pela qual opta-se por sua anulação.</p>			